



0068

Prefeitura Municipal

ESTADO DE SÃO PAULO

113. 02
J. R. Barueri
[Signature]

MENSAGEM Nº 07/93

Barueri, 10 de fevereiro de 1993

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 508, de 5 de dezembro de 1984.

Como se recorda, citado texto legal, em seu artigo 2º, ele_{ve} a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral para 75% (setenta e cinco por cento).

Posteriormente, pela Lei nº 554, de 5 de dezembro de 1985, foi facultado aos servidores públicos da Prefeitura optarem pela prestação de serviços no aludido regime, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo certo que, feita a opção, a gratificação correspondente passaria a integrar os vencimentos.

Sucedee, todavia, que os servidores à época sujeitos à carga horária semanal de 20(vinte) horas que optaram pela prestação de serviços em tempo integral, na forma da Lei nº 554/85, ficaram em situação desigual aos demais.

É que, com a opção, tiveram eles dobrada a carga horária semanal de trabalho (de 20h para 40h), sem que tal dobra viesse acompanhada do correspondente acréscimo pecuniário, posto que a gratificação que passaram a perceber foi de 75% (setenta e cinco por cento), estabelecida pela Lei nº 508/84, quando é certo que, por justiça, deveria ser de 100%(cem por cento).

Apontada desigualdade, como percebem os Nobres Edis, é extremamente injusta para apontados servidores, necessitando de urgente correção, por medida de equidade.

[Signature]



0069
Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

A presente propositura, destarte, tem por objetivo corrigir indigitada distorção, dando nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 508/84, de forma a estabelecer a gratificação de 100% (cem por cento) pela prestação de serviço em tempo integral aos que, antes da opção, estavam sujeitos à carga horária semanal de 20(vinte) horas.

Pelo que se expôs, ressalta evidente o alto alcance social da propositura, a justificar, sobejamente, sua aprovação.

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 61, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e a seus Nobres Pares os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

RUBENS FURLAN

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

CLEUSO DE OLIVEIRA

DD. Pres. da Câmara Municipal de
BARUERI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI
Protocolo n.º 196
Livro n.º 01, fl. 03
Entrada em 10/02/93

*A Secretaria para
extrair xerógrafos e
encaminhá-los aos Srs.
Vereadores e à Asses-
soria Jurídica desta
Casa.
Em, 11/02/93.*